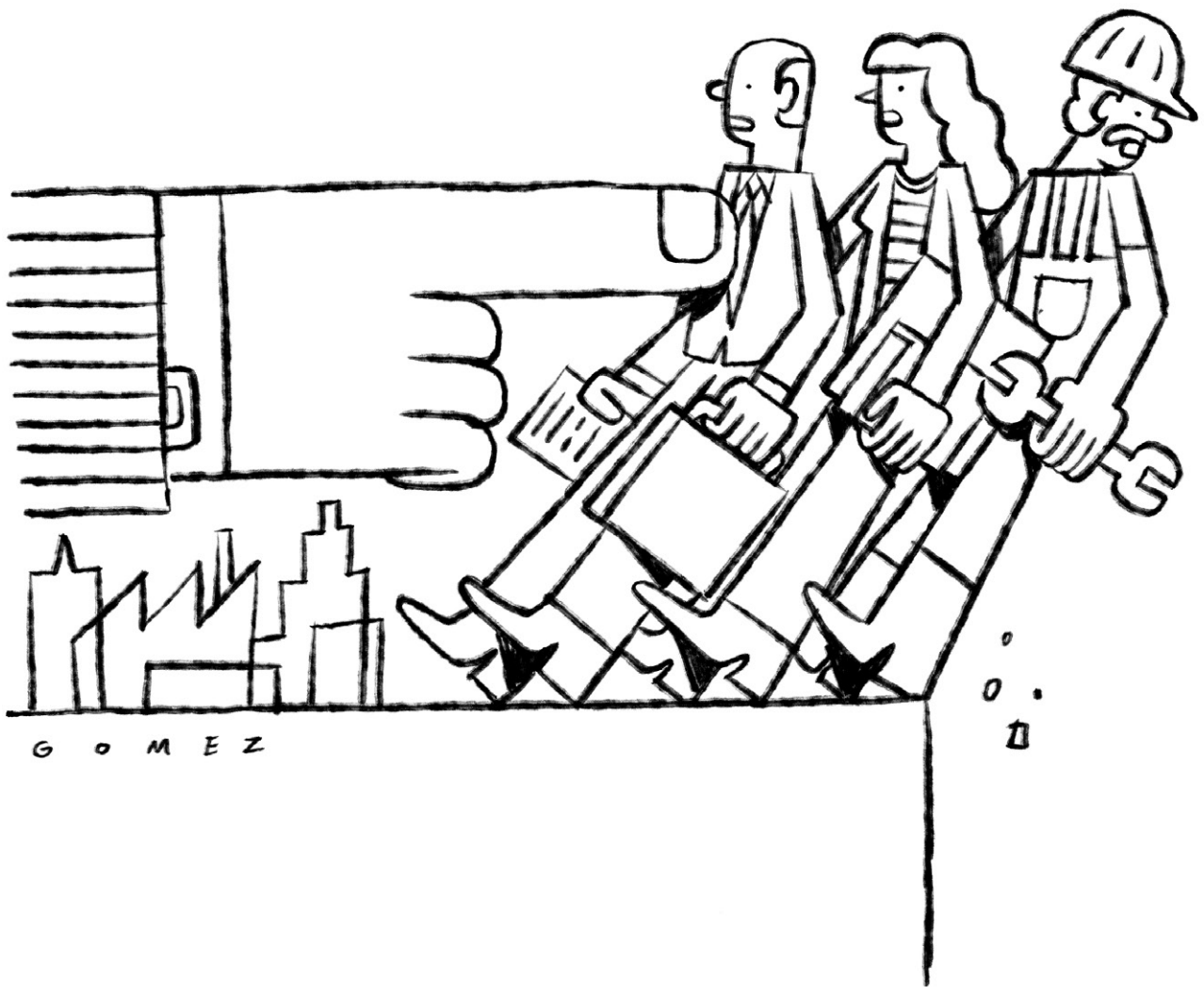
A flexibilização do direito do trabalho

» MARCO AURÉLIO MELLO
Ministro aposentado do STF



A sociedade está em constante movimento. Durante muito tempo vingaram, na seara do trabalho, as ideias napoleônicas, a prevalência da liberdade de contratar. A relação jurídica prestador-tomador de serviços fazia-se regida pelo direito civil. Então, ante mercado desequilibrado, com oferta excessiva de mão de obra e escassez de fonte de subsistência — própria e da família — o resultado era único: a aceitação das condições oferecidas por quem desejava a força de trabalho. Na era Vargas e graças à sensibilidade social do primeiro ministro do Trabalho — Lindolfo Collor, concluiu-se que a correção de rumo haveria de passar por legislação especial, com intervenção marcante e decisiva do Estado na relação jurídica.

Exposição de motivos, elaborada pelo jurista Alexandre Marcondes Filho a partir de trabalho de fôlego de comissão de doutos, veio a respaldar a edição do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante o qual aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho.

Na reunião da legislação esparsa, introduzidas modificações civilizatórias, prevaleceram o patriotismo e a inspiração social. A consolidação surgiu harmônica com o estágio do desenvolvimento jurídico. Mostrou-se consequência do contexto, dando-se ênfase à proteção do trabalhador, indiscutivelmente a parte mais fraca. Observou-se a precedência das normas em relação a ajustes, surgindo preocupação com a jornada dos menores.

Admitiu-se, observadas condições mínimas, o acordo tácito, ou seja, a prática notada no local da prestação dos serviços, em última análise, a realidade factual. Deu-se ênfase à preservação do sadio ambiente de trabalho, com a obrigatoriedade de uso, pelo trabalhador, dos equipamentos de defesa pessoal, fornecidos pelo tomador dos serviços e aprovados pelas autoridades de higiene do trabalho. Cumpre observar o teor do item 84 da Exposição de Motivos.

"Ao pedir a atenção de Vossa Excelência para essa notável obra da construção jurídica, afirmo, com profunda convicção e de um modo geral, que, nesta hora dramática que o mundo sofre (Segunda Guerra Mundial), a Consolidação constitui um marco venerável na história de nossa civilização, demonstra a vocação brasileira pelo direito e, na escureza que envolve a humanidade, representa a expressão de uma luz que não se apagou. "

Em 1943, a população brasileira era de 41 milhões de almas. Então, tinha-se o desequilíbrio consideradas oportunidades para prover a subsistência. O Estado interveio com normas imperativas. O direito do trabalho foi um avanço civilizatório. Cabe indagar: o quadro notado em 1943 foi suplantado a ponto de dispensar o trato especial da relação jurídica empregado-empregador? Vem à memória o chavão da Copa do Mundo de Futebol de 1970: "Noventa milhões de brasileiros em ação, pra frente Brasil".

O senso demográfico de 2020 revelou a existência de pouco mais de 200 milhões de habitantes, no Brasil continental de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Ocorreu crescimento populacional geométrico. A economia como um grande todo não o acompanhou. Ante o fenômeno há de concluir-se pela impossibilidade social de ter-se o afastamento das regras protetivas de trabalho.

A vida econômica é impiedosa. Não se dá um passo sem o acionamento do bolso, falhando o Estado na prestação de serviços essenciais — educação, moradia, saúde, transporte e segurança pública. É balela pensar que a deficiência marcante do mercado é amenizada pela economia informal.

Mais do que nunca surge a valia das normas. Os princípios que as norteiam, entre os quais sobressai o da imperatividade, colocando em segundo plano a manifestação da vontade pelo empregado, no que tende a sucumbir, optando pelo mínimo existencial, não podem ser afastados, sob pena de retrocesso social, confirmando-se a máxima segundo a qual a corda sempre se rompe na parte mais frágil.

É fácil falar em reforma trabalhista, fechando os olhos considerados os menos afortunados. É fácil potencializar a óptica desenvolvimentista, considerada a liberdade de mercado. A visão é míope presente o bem-estar do trabalhador. O argumento da existência de elevados encargos sociais não conduz à fragilização das regras trabalhistas. Direciona, sim, à revisão da política fiscal, aplacando-se a fúria arrecadadora. Diziam os antigos que a virtude está no meio termo. Que essa verdade frutifique, não se retroagindo socialmente. A existência de dias melhores pressupõe a observância da organicidade do direito.

Os perigos do Natal

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

O Natal é momento muito perigoso para jornalistas. É o dia em que na metade ocidental do mundo não há praticamente nenhuma notícia importante, salvo algum desastre imprevisto. Governantes e governados se dedicam a preparar a mesa da recepção familiar da noite. As famílias se organizam para confraternizar em torno da mesa possível. Uns com espumante, outros com vinho barato. Mas é imperioso fazer um brinde, qualquer brinde.

Jornal, na moda antiga, era produzido por pessoas. Sem algoritmos. Naquela época, o fechamento no Natal tinha que ser puxado para o meio da tarde para que os gráficos também pudessem comemorar. O jornal precisava ficar pronto para ser impresso por volta das 15h. E, naturalmente, com o editorial sobre o principal assunto do dia. Esse era o desafio. Não há notícia importante no dia de Natal.

Estava na posição de comandar uma grande redação no dia de Natal. Pensei muito sobre o editorial e decidi escrever sobre o próprio Natal. Assim fiz. Havia na Roma Antiga uma festa linda chamada Natalis Solis Invicti, o sol invicto, comemorado no dia 25 de dezembro. É o solstício de inverno, quando a noite tem duração maior que o dia. Mas o sol invicto vence a luta contra a trevas e chega no dia 22 de junho ao solstício de verão, no Hemisfério Norte, quando o dia tem duração maior que a noite. Ou seja, o sol vence. Ele é invicto no sentido de invencível.

A festa de Natal, no dia 25 de dezembro, começou a ser comemorada com sentido religioso por volta do ano 336 d.C., depois que o Império Romano se tornou cristão. Outro mistério é a idade de Jesus Cristo. Não há na Bíblia nenhuma indicação das feições do filho do Altíssimo, nem de sua idade. Existe indicação de que que ele começou a fazer suas pregações em torno dos 30 anos de idade. Segundo estudiosos, Cristo não nasceu no ano 1, mas seis séculos antes. A diferença entre os calendários juliano e gregoriano empurra datas de um lado para outro. Essa peculiaridade explicaria a confusão.

O Natal para o mundo ocidental e cristão é o momento de confraternização. Há sensação de que um ciclo se encerra e outro tem início. É momento de esperança, boas expectativas e renovação. Dito tudo isso, no dia seguinte, quando o jornal circulou com o meu editorial, recebi do proprietário do jornal uma breve comunicação: 'Seu editorial está muito bem escrito. Mas no meu jornal, Cristo nasceu no Natal, dia 25 de dezembro. Entendeu?' É claro que entendi. Repito a história aqui para demonstrar de público que aceitei e não discuto mais o assunto.

Contudo, este pode ser um Natal ainda mais perigoso porque no próximo já estaremos em outra dimensão política. Haverá um presidente eleito. Entre os candidatos, Lula reaparece no cenário como um poço cheio de mágoas e rancores. Já anunciou que pretende controlar a imprensa e as redes sociais. Vai para o confronto. Poderá ter, como candidato a vice, Geraldo Alckmin, uma surpresa de final de ano. O atual presidente, que acaba de colocar no Supremo Tribunal Federal um jurista terrivelmente evangélico, ameaça transformar o país em território dominado por visões religiosas fanáticas. Pode se transformar em inesperado aiatolá sul-americano.

Os outros candidatos serão obrigados a trabalhar com inteligência para vencer o fogo de barragem que se erguerá contra eles nas redes sociais. O bombardeio será diário, impiedoso, sem tréguas. O ano de 2021 foi o período em que, apesar do governo federal, o Brasil controlou a covid-19. Os brasileiros chegaram a dezembro com número de mortos diários inferior ao de janeiro. Mas a doença matou quase 618 mil pessoas no país sem que o presidente tenha feito uma única visita a hospital. Ele disse que todo mundo vai morrer um dia.

Já houve um Natal desastroso na história recente no Brasil. No último dia 13 de dezembro, completaram-se 53 anos da edição do Ato Institucional nº 5, quando o regime militar rasgou a fantasia e assumiu sua postura ditatorial. Foi o início de um longo período de prisões sem culpa formada, torturas, invasões de redações de jornais e outras ilegalidades. Foi um Natal de fugir da polícia. Um Deus nos acuda. Durou 10 anos o período de exceção. A Constituinte de 1988 recolocou a liberdade na pauta brasileira.

O próximo Natal poderá encontrar os que sobreviverem à doença e à recessão em situação pior que a atual. Mas a vida é sempre maior que as nossas abstrações. E costuma surpreender. Dedos cruzados. Desejo feliz Natal a todos e melhor ano novo. Assim seja.

O Zumbi nosso de cada dia

» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado Chefe da 6ª DP e professor de educação física

Em 20 de novembro de 1695, após várias incursões à Serra da Barriga, as tropas de Jorge Velho, comandadas por André Furtado de Mendonça, chegaram ao Quilombo de Palmares e assassinaram Zumbi e o restante do seu exército de resistência. O interesse em abater Palmares nada tinha a ver com o poderio militar dos negros, mas sim a ameaça que eles indicavam aos alicerces da ordem escravagista.

Em homenagem ao líder negro, o qual tem a sua biografia marcada por inações, afrodescendentes e antirracistas refletem sobre o passado, o presente e tentam erguer um depois. O pretérito do povo negro é marcado, principalmente, pela ausência de registros sobre a sua chegada, permanência e liberdade em solo brasileiro durante os séculos de escravidão. É o dia da consciência negra.

A partir de 1535, foram aportados à América mais de 12 milhões de escravos oriundos de países africanos, sendo que o Brasil recebeu quase metade. Destes, 1,8 milhão morreram na travessia do Atlântico e foram arremessados aos tubarões. Vergonhosamente, fomos o último país da América a abolir a escravidão. Os negros eram tratados como coisa, tinham proprietários, imploravam por comida e sofriam castigos severos. E quem eram essas pessoas, as quais deram origem a 56% da nossa população, segundo IBGE?

Coincidente, neste mês, encontrei um amigo de origem polonesa, cujos pais chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra. Ele me mostrou a sua árvore genealógica, pessoas que participaram na formação da família. Os antepassados do meu parceiro branco remontavam a 1712.

Estavam descritos quem eram, o que faziam e o mais engraçado, quase todos eram importantes. Saí do encontro tentando montar a minha representatividade e não fui muito longe. Creio que como todo afrodescendente, conseguimos regredir até três ascendências e alcançamos um substantivo em comum a designar a seguinte, escravos ou cativos. Não se têm nomes, certidões, lugares que habitavam, quantos filhos, mas sim, alguma coisa do tipo, ouvi falar e nada mais.

Tentei através do meu sobrenome e também não avancei. Possuo dois, o primeiro remonta a uma árvore e, segundo relatos, eram comuns aos negros libertos adotarem nomes da natureza para construírem suas identidades. Passo seguinte, fui para o último nome, o qual me remontou a um político do estado do Maranhão. Segundo relato de um primo, nossa tataravó era uma escrava da fazenda e reproduziu um filho de um dos proprietários, não se sabe exatamente qual deles, mas era da família. Isto, a minha origem teve uma ou mais mulheres negras estupradas. Esta gerou alguém por parte do clã, dali em diante recebeu o seu nome, o qual foi passado para a sua prole.

Esse é um dos reflexos covardes da escravidão, sabemos quem somos, mas não de onde viemos. Após a Lei Áurea, o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ordenou a destruição de todos os documentos relativos à posse de escravos. O intuito seria evitar o pedido de indenização por parte dos aristocratas, o que traria um efeito devastador às finanças do país. Portanto, não há como avançar na busca de nossa ascendência.

Mas uma coisa é certa, se hoje vivemos, é porque um guerreiro foi capturado e subjugado, passou pela porta do não retorno, sobreviveu aos porões dos tumbeiros — navio negreiro, foi comercializado, castigado e conseguiu se reproduzir para que aqui estivéssemos.

Dia da consciência negra é o momento de ressignificar o passado, apesar de poucos registros físicos, mas de muito sangue. Zumbi é singular, pois é um dos únicos negros contados pela história. Quantos negros anônimos resistiram com a vida aos castigos severos, às incontáveis chibatadas, à subtração de suas crianças e à violência sexual? Se hoje se abre um parêntese às mulheres negras, imaginem em uma senzala, sendo abusadas e violentadas constantemente ao alvedrio de seus senhores.

Estamos falando de pessoas que, apesar de serem consideradas coisas, objetos, sofreram, morreram e formaram com suor e lágrimas o povo brasileiro. Também é o momento de avaliar o presente, consolidar balizas e prosseguir lutando por igualdade e respeito. Sim, não somos iguais. Desde uma abolição imprudente, que empurrou o povo negro para as margens da sociedade, à ausência de políticas públicas que o mantém nesta condição: ocupando favelas, cadeias e morrendo de forma hemorrágica.

Ações afirmativas não se restringem a cotas em universidades e concurso públicos, pois há falhas sensíveis na educação básica e o negro que habita favelas não tem o que comer e vestir, tampouco onde habitar. Quanto ao futuro, será reflexo das nossas ações e omissões. Em 2022, ano eleitoral, seria o momento de união para que elegêssemos representantes compromissados com os anseios da negritude, pois somos muitos.

A maioria vence, desde que saiba o que quer. Eleger e nomear mandatários, não necessariamente negros, pois alguns que hoje ocupam as esferas de poder bradam por tolices, como uma escravidão benéfica ou que vivemos uma democracia racial. Mas, acreditar e eleger pessoas que tenham empatia com que o negro, sobrevivente desta sociedade hierarquizada, viveu e anseia para construir uma nação mais justa e igualitária.